

4

O governo de Tony Blair e a Política Europeia de Segurança e Defesa

"Once in each generation, the case for Britain in Europe needs to be remade, from first principles. The time for this generation is now."

Tony Blair, 14 outubro de 1999

4.1. Introdução

Como explicado no capítulo introdutório, as mudanças ocorridas no esquema de defesa europeu foram, em grande parte, produto de uma importante mudança de atitude, por parte do Reino Unido, sobre o papel da União Europeia em matéria de defesa. No período de dois anos, entre a Declaração Franco-Britânica de St Malo e a assinatura do Tratado de Nice, o caráter da UE mudou, entre outros fatores, devido à participação ativa do Reino Unido. Foram incluídas competências legítimas para uma política de segurança e defesa comum ou, em outras palavras, tratou-se da aquisição de responsabilidades estratégicas no pós Guerra Fria.¹³⁹

O argumento deste capítulo é que este novo enfoque da política britânica, com relação à Política Europeia de Segurança e Defesa, a partir de 1997, insere-se num processo de redefinição da identidade coletiva do Reino Unido e, paralelamente, de reformulação dos interesses em função de conceitos desenvolvidos na proposta da Terceira Via. O objetivo, por tanto, não é explicar o desenvolvimento da PESD como resultado de uma iniciativa britânica, mas analisar como essa política de segurança e defesa foi uma oportunidade para redefinir e reafirmar o senso de identidade coletiva do Reino Unido com relação à UE, após esse país ter sido relegado ao segundo plano, durante os governos conservadores anteriores, na área da união política.

O capítulo está dividido em três seções. A primeira seção descreverá, brevemente, a história da política britânica a partir da década de 1950 e seu

distanciamento do processo de integração europeia, primeiro voluntário e, na década de 60, ‘forçado’ devido, principalmente, às duas negativas francesas em aceitar as candidaturas britânicas à CEE. A segunda seção cobre o período que se inicia em 1970 com as negociações para a acessão do Reino Unido à CEE, e analisa os governos de Margaret Thatcher, coincidentes com o funcionamento da CPE, e de John Major, marcado pela assinatura do Tratado de Maastricht e a inclusão da PESD. Por fim, a última seção dedica-se ao governo Blair e ao impulso dado à PESD, descrevendo o contexto da política britânica em termos gerais para, posteriormente, ser analisado o conteúdo da política da Terceira Via e sua associação com o Novo Trabalhismo. O objetivo é estudar quais os conceitos da Terceira Via que podem explicar as idéias a respeito do sistema internacional, o papel do Estado e a formação de uma identidade coletiva.

4.2. O Reino Unido e o nascimento da Comunidade Económica Europeia

O Reino Unido saiu vitorioso da Segunda Guerra Mundial; porém, Dávila Aldás nos apresenta, num quadro geral e sucinto, a gravidade da situação para este país:

*“Los grandes cambios que la posguerra trajo a nivel mundial se expresaron muy claramente en la Gran Bretaña. Su enorme imperio económico, político y militar, resultado de su acelerada y pionera industrialización, ya casi estancada a principios del siglo XIX, fue, poco a poco, desmoronándose a partir de 1945. En efecto, el enorme esfuerzo desplegado en los años de la entreguerra para conservar la soberanía de sus inmensos dominios coloniales y su influencia de gran potencia mundial y en el concierto europeo la dejaron no sólo maltrecha sino al borde de la ruína económica.”*¹⁴⁰

De fato, a pretensão ao papel de ‘terceiro maior’ no imediato pós-Segunda Guerra, tornou-se insustentável, uma vez que o cerne dos recursos vitais do país –

¹³⁹ Gnesotto, Nicole (2002), “Preface”, in Maartje Rutten (comp), *From St-Malo to Nice. European defence core documents*, Chaillot Paper 47, Institute for Security Studies-Western European Union, Paris, p.vii.

¹⁴⁰ Francisco Dávila Aldás (2003), *Una Integración Exitosa. La Unión Europea: Una Historia Regional y Nacional*, México, D.F.:ECSA, Fundación Friedrich Ebert e Fonatamara, p. 245.

seus capitais, sua moeda e até seus mercados – tinham sido gravemente atingidos.¹⁴¹ Contudo, os próprios líderes políticos britânicos, tanto do partido conservador como do trabalhista, ainda não tinham percebido a decadência acelerada do papel de potência mundial e disseram, sucessivamente, ‘não’ ao Plano Schuman, ao Tratado de Messina e ao Mercado Comum.

Ainda em 1948, o Reino Unido era visto como o grande líder da Europa Ocidental, devido ao papel de liderança na assinatura do Tratado de Dunquerque (1947) e a do Tratado de Bruxelas (1948). Mas já em 1949, não apenas tinha perdido tal papel, mas tinha perdido, outrossim, seu lugar nos futuros desenvolvimentos políticos europeus. Quando em 1948 e 1949 os governos da França, Benelux e Itália propuseram uma forma de ‘unidade’ da Europa Ocidental – que iria além da simples intergovernamentalidade – a oposição britânica foi manifesta. Com isso, o Reino Unido não estava apenas enfraquecendo-se internamente, mas também estava perdendo seu protagonismo regional, ao ficar à margem dos desenvolvimentos integracionistas da Europa. Anos mais tarde, a rejeição da Comunidade Européia de Defesa, lançada pela França como uma medida de fortalecimento regional – e nacional –, aumentou o isolamento britânico com relação à Europa e gerou nos Estados Unidos um certo descontentamento, uma vez que este último país era favorável à integração européia. Segundo Dávila Aldás, devido à falta de um projeto nacional de transformações profundas, o Reino Unido não soube cooperar para construir com os outros países europeus uma comunidade de interesses econômicos, militares e políticos, preocupando-se por consolidar as diferenças nacionais.¹⁴²

Foram anos caracterizados por um estreitamento de vínculos entre o Reino Unido e os Estados Unidos. Tal aproximação – feita, praticamente, a qualquer preço para os interesses ou o prestígio britânicos – transformou-se num princípio guia para a política externa britânica, independentemente do partido que estivesse governando. Para os Conservadores, esta política mantinha o simulacro do *status* de Grande

¹⁴¹ François Bédarida (2000), “Le Royaume-Uni, 1900-2000: de l’empire planétaire au royaume insulaire”, em *Politique Étrangère*, 3-4/2000, pp. 816-817.

¹⁴² Francisco Dávila Aldás (2003), *op. cit.*, p. 248.

Potência. Para os Trabalhistas, preservava o apoio americano para uma economia cada vez mais devastada.¹⁴³

Assim, o Reino Unido ficou fora da formação da CECA, pois não apenas se opôs à iniciativa de Unidade Econômica Européia, mas também tentou frear o impulso regional que esta significava. O Reino Unido propôs, em 1956, a criação da Área Européia de Livre Comércio (AELC)¹⁴⁴. Tratava-se de uma ‘pequena’ associação européia de livre comércio, mas sem as restrições que caracterizavam a CEE e sem a subordinação a instituições supranacionais. O Tratado é assinado em Estocolmo em 4 de janeiro de 1960 entre: Reino Unido, Suécia, Noruega, Dinamarca, Suíça, Áustria e Portugal.¹⁴⁵ Segundo Bitsch, para o Reino Unido a AELC não constituía, fundamentalmente, uma estratégia para desenvolver o comércio e rivalizar com a CEE, e, sim, uma maneira de não ficar isolado frente aos seis membros da CEE.¹⁴⁶

Mas o sucesso da integração econômica da CEE e as propostas francesas de cooperação em matéria de defesa (que se concretizariam nos Planos Fouchet de 1961 e 1962) levaram, eventualmente, a que o Reino Unido solicitasse a entrada à CEE em 1961 e em 1963. De fato, em 31 de julho de 1961, o primeiro ministro britânico, Harold Macmillan, anuncia sua intenção de começar negociações exploratórias com os Seis países da CEE, a fim de determinar as condições segundo as quais o Reino Unido poderia aderir ao Mercado Comum. Poco tempo depois, em fevereiro de 1962, o Reino Unido coloca sua candidatura à CECA e à EURATOM, o que também será feito, praticamente, ao mesmo tempo pelos outros membros da AELE.

A candidatura britânica representa um novo desafio para os países da CEE e uma verdadeira revolução para o Reino Unido, que, com este evento, parece sair de seu ‘esplêndido isolamento’. Para Bitsch, isso implica, por parte de Londres, uma reavaliação completa de seu papel internacional, uma vez que, desde 1945, o Reino Unido ainda considerava-se como uma potência mundial e não apenas como uma

¹⁴³ Michael Howard (1995), “1945-1995: Reflections on Half a Century of British Security Policy”, in *International Affairs*, Vol 71, No. 4., p. 710.

¹⁴⁴ Do inglês: *European Free Trade Association* (EFTA).

¹⁴⁵ Outros países aderem ao Tratado posteriormente (Finlândia e Islândia). A Irlanda não é oficialmente membro da AELE, mas, devido aos vínculos estreitos com o Reino Unido se encontra estreitamente associada.

potência européia. Mas, no começo dos anos 60, os pilares do prestígio britânico já não eram tão sólidos e era apenas através da aproximação à CEE que o Reino Unido podia esperar continuar jogando um papel regional e internacional relevante.¹⁴⁷

A candidatura britânica contou com o apoio não apenas dos Estados da CEE, mas também dos Estados Unidos, que viam na adesão do Reino Unido uma oportunidade para servir de contrapeso à influência da França gaullista, de favorecer uma atitude pro-americana e de impedir que a CEE se transformasse em um clube protecionista. Contudo, as negociações sobre questões ‘politicamente sensíveis e tecnicamente complexas’ não avançam, principalmente, no que diz respeito às negociações sobre a união política que interfere com o tratado de Bruxelas entre os seis Estados membros da CEE e o Reino Unido.¹⁴⁸ Mas, as negociações são interrompidas em janeiro de 1962 após o veto do general de Gaulle. O General argumentava que existia uma incompatibilidade entre os Seis Estados ‘continentais’, e o Reino Unido, ‘insular’, ‘marítimo’ e com grandes vínculos com os Estados Unidos. Para Bitsch, a responsabilidade do desenvolvimento dos eventos é compartilhada entre de Gaulle, que decidiu unilateralmente romper as negociações, e Macmillan, que não optou francamente pela Europa.¹⁴⁹

A segunda candidatura britânica, anunciada pelo Primeiro Ministro Harold Wilson em 1967 e baseada, praticamente, nas mesmas razões que a primeira – o Reino Unido não deve ficar fora de uma organização que é cada vez mais importante – também foi um fracasso. E mais uma vez, o general de Gaulle expressa suas reservas à candidatura, retornando à mesma argumentação que em 1963; o segundo veto é justificado, oficialmente, pela vontade de salvaguardar a coesão e a eficácia do Mercado Comum e a França consegue, mais uma vez, impor sua perspectiva sobre seus parceiros.

¹⁴⁶ Marie-Thérèse Bitsch (2001), *op. cit.*, p. 130.

¹⁴⁷ Ibidem, p. 142-143.

¹⁴⁸ Ibidem, pp. 143 et seq.

¹⁴⁹ Ibidem, p. 154.

4.3. O Reino Unido na Comunidade Econômica Européia

Por fim, o impasse dos anos 60 é superado e o Reino Unido solicita, pela terceira vez, sua adesão à CEE, em 1970, ano em que começaram as negociações. A candidatura foi estimulada não apenas por questões econômicas, mas também pelas discussões sobre união política que estavam tendo lugar na Europa. O ingresso acontece em 1 de janeiro de 1973. A adesão coincide com os primeiros anos de funcionamento da CPE.

Em termos gerais, o Reino Unido tem adotado, consistentemente, uma postura intergovernamental no âmbito da CPE, pertencendo, como argumenta Nuttall, à escola pragmática, em contraposição à escola unionista. Os que pertencem à escola ‘unionista’ acreditam que a política externa comum é um atributo essencial da união política e, portanto, vêem na CPE o caminho apropriado para atingir tal objetivo. Em contrapartida, aqueles que pertencem à escola pragmática acreditam que a CPE deveria se desenvolver através de mudanças que permitam resolver efetivamente os problemas sem recorrer à criação de instituições, o que implicaria, dessa forma, considerar a CPE apenas como uma extensão conveniente da política nacional.¹⁵⁰

Os anos do governo de Margaret Thatcher (1979-1990) confirmam tal argumento. A posição do Reino Unido, neste período de funcionamento da CPE, era caracterizada pelo predomínio dos interesses relativos às relações Leste-Oeste e daqueles vinculados ao legado imperial britânico (África do Sul, Hong Kong, etc.). O desenvolvimento da união política não era, portanto, uma prioridade na política britânica. Para Hill, “[t]he public picture then, seems to suggest that the Thatcher years saw a downgrading of EPC [European Political Cooperation] from the days of Carrington, in line with the general hostility on the Prime Minister to the Community and all its works”.¹⁵¹

Embora a importância atribuída à CPE fosse restrita, o governo recorreu a essa política, em determinadas situações, como no conflito das Ilhas Malvinas/Falkland Islands, de 1982. Neste sentido, a crise das Malvinas/Falkland foi um importante evento para a CPE. Segundo Hill, a trajetória da CPE até 1982 fez com que fosse

¹⁵⁰ Simon Nuttall (1992), *op. cit.*, pp. 2, 309.

natural para o Reino Unido esperar algum tipo de assistência concreta por parte dos seus parceiros europeus como um todo. Assim, Malvinas/Falkand se transformou em uma das provas mais importantes para a unidade européia na breve história da CPE: as opções para os Estados da CE eram apoiar *de facto* o Reino Unido ou afastar-se dele, uma vez que a opção de não agir ficava fora de cogitação, pois deixaria em evidência a ineficácia da CPE.¹⁵² Afortunadamente para o Reino Unido, a solidariedade européia no marco da CPE foi demonstrada, pelo menos no início¹⁵³; a invasão argentina foi imediatamente condenada pela CE e os então dez membros da CE reagiram, frente à crise, de uma maneira rápida e decisiva.

Para o governo britânico, o conflito Malvinas/Falkands pode ter reforçado sua visão de que a CPE, e até certo ponto a própria CE, eram apenas um tipo de suplemento limitado para a política nacional.¹⁵⁴ Vale destacar que a política de Margaret Thatcher é geralmente caracterizada como fortemente combativa e de confrontação, no que diz respeito aos desenvolvimentos da UE. Como argumenta Christopher Hill,

*"[s]he certainly made it clear that British foreign policy was not wholly dependent on the European sphere for survival. For much of the time the EPC mechanisms were generally treated as of secondary importance... The rhetoric of Thatcherite foreign policy was almost wholly to do with the importance of the Atlantic Alliance, with the closeness of personal and historic ties between Britain and the USA, and with the need to master the threat of Soviet communism."*¹⁵⁵

De fato, a 'relação especial' entre o Reino Unido e os Estados Unidos ganhou novo fôlego na década de 1980, tendo sido fortalecida pelos vínculos políticos e pessoais de Margaret Thatcher e Ronald Reagan. Segundo Christopher Cooker, *"[t]hese two leaders were the last pair of Anglo-Saxon head of government to share a close relationship on the basis of common beliefs, a common view of the Soviet*

¹⁵¹ Christopher Hill, (1996a), *The Actors in Europe Foreign Policy*, London: Routledge, p. 73.

¹⁵² Christopher Hill (1996b), "Introduction", em Stelios Stavridis e Christopher Hill (1996), *Domestic Sources of Foreign Policy*, Oxford: Berg Publishers, p.12

¹⁵³ A questão relativa às sanções comunitárias a serem aplicadas à Argentina gerou a desintegração do consenso entre os membros da CE.

¹⁵⁴ Geoffrey Edwards (1996), "Europe and the Falkland Islands Conflict", em Stelios Stavridis e Christopher Hill, *op. cit.*, p. 40.

¹⁵⁵ Christopher Hill (ed) (1996a), *op. cit.*, p. 72.

Union, a common wish for economic revival.”¹⁵⁶ Contudo, essa política, geralmente combativa, não conseguiu frear posteriores avanços da área de segurança e defesa na UE.

Mas, por outro lado, o fato de ter recorrido à CPE no conflito Malvinas/Falklands permite afirmar que o Reino Unido dos anos Thatcher aceitou uma contínua e gradual – embora lenta e nem sempre sem conflitos – integração nas redes da política externa européia. Para Stavridis, o Reino Unido não podia ignorar as posições dos seus parceiros europeus devido a várias razões. Primeiro, porque o Reino Unido precisava do apoio da Comunidade no seio da ONU – inicialmente, no Conselho de Segurança e, posteriormente, na Assembléia Geral. Segundo, o Reino Unido necessitava uma decisão coerente da CE sobre as sanções de forma a exercer uma maior pressão diplomática sobre a Argentina. E terceiro, uma postura comum da CE aumentaria a pressão sobre os EUA ao apresentar uma frente européia unida que legitimaria, por sua vez, a postura do Reino Unido.¹⁵⁷

Contudo, os anos do governo Thatcher não parecem ter contribuído para a formação de uma identidade coletiva no âmbito da segurança, por várias razões. Primeiro, porque embora tenha existido no início, certo tipo de solidariedade européia frente ao conflito Malvinas/Falklands, não se tratou de uma solidariedade recíproca. O Reino Unido optou, várias vezes, pelo unilateralismo primeiro e pela consulta européia em segundo lugar. Ademais, o Reino Unido viu-se favorecido por uma conjuntura favorável à solidariedade, uma vez que a Espanha, com fortes vínculos com a Argentina, não era membro da CE e que a Bélgica, pró-européia, exercia a Presidência quando do conflito. Dessa forma, não houve uma verdadeira interdependência no sentido descrito no capítulo 2, e, portanto, não houve uma formação de identidade coletiva.

Para o Primeiro Ministro John Major (1990-1997) a questão Européia transformou-se em um desafio crucial que, eventualmente, lhe custaria a sua própria queda como Primeiro Ministro, pois “[i]f the disintegration of the Major government, which culminated in massive electoral defeat at the hands of the ‘New

¹⁵⁶ Christopher Cooker (1992), ‘Britain and the New World Order: the Special Relationship in the 1990s’, in *International Affairs*, vol. 68, no. 3., p. 408.

¹⁵⁷ Stelios Stavridis (1996), ‘Conclusion’, em Stelios Stavridis e Christopher Hill, *op. cit.*, p. 185.

Labour', is associated with any single issue, it is 'Europe'."¹⁵⁸ Durante os primeiros anos de seu governo, John Major procurou uma política de compromisso com relação à Europa, devido às diferentes posições dentro do próprio partido sobre essa questão. Essa fase coincidiu com a assinatura do Tratado de Maastricht, que estabeleceu a PESC, e com a Presidência do Reino Unido na UE, no segundo semestre de 1992. Major adotou uma estratégia de compromisso construtivo que poria o Reino Unido 'no coração da Europa'. Essa estratégia tinha como elementos essenciais a ênfase no novo papel britânico na UE e a primazia dos interesses deste país naquele arranjo.¹⁵⁹

Particularmente, Maastricht tornou-se o primeiro grande desafio para a estratégia de compromisso do Reino Unido, uma vez que o objetivo mais importante do governo referia-se à estrutura da União Européia proposta naquele Tratado. O fundamental, para Major, era manter importantes áreas e atividades da União fora da Comunidade Européia. Tal objetivo foi alcançado com a inclusão de três pilares separados estabelecidos no Tratado: 1) o da Comunidade; 2) o da PESC; e 3) o de Justiça e Assuntos Internos – pilares que teriam diferentes padrões de autoridade e de elaboração de políticas. O objetivo era fazer com que o elemento supranacional fosse menos significativo nos últimos dois pilares. Assim, Major logrou um cuidadoso compromisso: a palavra 'federal' foi apagada do Tratado, embora para muitos se tratasse de uma questão semântica; o Reino Unido foi isento do Capítulo Social; e, por fim, a questão relativa à união monetária foi adiada.

Contudo, o processo de ratificação do Tratado foi longo e demorado, não apenas no Reino Unido – onde a ratificação foi feita, pelo voto do Parlamento, apenas em 1993 – mas também em outros Estados membros.¹⁶⁰ Desde a conclusão do Tratado, em dezembro de 1991, ocorreu um amplo debate sobre os custos e os benefícios de se aderir ao mesmo. Enquanto a integração focalizava questões funcionais, o processo recebia apoio. No entanto, quando a integração atingiu esferas

¹⁵⁸ Daniel Wincott, Jim Buller and Colin Hay (1999), 'Strategic Errors and/or Structural Binds? Major and European Integration', in Peter Dorey (ed), *Major Premiership, 1990-1997: Politics & Policies under John Major*, Palgrave, New York, p. 87.

¹⁵⁹ Ibidem, p. 92.

¹⁶⁰ A primeira contraposição a esse processo foi o referendun popular na Dinamarca, pelo qual o TUE foi rejeitado – somente após o segundo referendun, o Tratado foi ratificado naquele país. Por sua vez, o Presidente francês, François Mitterand, convocou, também, a realização de um referendun, cujo

relativas à soberania nacional, a adesão tornou-se complexa. Segundo Niblett, o processo de ratificação de Maastricht revelou até que ponto a interdependência econômica não tinha dado lugar a um sentimento de comunidade nos países europeus que levaria a UE a níveis mais altos de integração.¹⁶¹

Mas, apesar da lentidão verificada no processo de ratificação, o projeto ainda era visto com entusiasmo por Major. Tal constatação manifestou-se, por exemplo, no prefácio de um folheto de propaganda do *Foreign Office*, elaborado para comemorar a Presidência Britânica da Comunidade Européia: “*for us, in Britain, Europe is part of our lives. As an island some of our traditions differ. But our history and culture are linked closely to those of other European nations*”.¹⁶²

Do exposto, não seria exagero concluir que John Major era um ‘euro-entusiasta’, leal a Maastricht. Para Major, a ratificação do Tratado era vista como vital para o papel do Reino Unido na Europa. Após a ratificação, no entanto, os objetivos delineados pelo Primeiro Ministro não foram tão facilmente alcançados: as tentativas de intervenção pareciam bem sucedidas apenas quando eram mais simbólicas do que substantivas.¹⁶³ Entre 1993 e 1997, Major reverteu a política de compromisso. Durante esse período, embora se declarasse, firme e frequentemente, a favor da integração européia, Major, em seus discursos, soava, por vezes, ‘euro-cético’. Isso porque, como argumentam Wincott et al., a orientação estratégica britânica, com relação à Europa, permanecia pouco clara.

*“His attempts to construct a strategic vision of Europe seem deeply confused... Most of Major’s statements about Europe, particularly in the campaign for the European election of May 1994, suggested that a wider Europe was necessary, one in which different groups of state might cooperate on matters of common interests, without necessarily involving all the states of the Union –so-called ‘variable geometry’... However, in his Leiden speech in September 1994... Major reacted against a policy... that suggested that an inner core of countries might move ahead together towards closer union... On what grounds could an advocate of ‘variable geometry’... veto other countries’ use of it to deepen cooperation among themselves?”*¹⁶⁴

objetivo era dividir a sua oposição interna e prover o apoio a Maastricht. A opção pela ratificação do Tratado, no entanto, foi aprovada por uma pequena margem de diferença.

¹⁶¹ Robin Niblett (1997), “The European Disunion: Competing Visions of Integration”, in *The Washington Quarterly*, Vol. 20, No. 1, p. 99.

¹⁶² UK presidency of the EC (Foreign Office Publication, 1992), p.3.

¹⁶³ Daniel Wincott et al, *op. cit.*, p.104.

¹⁶⁴ Ibidem, p. 105.

Em um comentário irônico, Charles Powell apontou o tom euro-cético da política de Major, comparando-a com a da sua predecessora, Margaret Thatcher:

*"Six years ago the Conservative Party dispensed with Lady Thatcher as Prime Minister for saying No, No, No to a more federal Europe. John Major's Government embarked instead on a 'charm offensive' designed to put Britain 'at the heart of Europe' (...) Now the same Conservative Party which sacked Lady Thatcher is falling over itself to say No, No, No to Europe as vigorously as she once did."*¹⁶⁵

Contudo, para o resto dos membros da CE essa posição significava uma melhora com respeito à postura de hostilidade aberta de sua predecessora. Ademais, o Tratado de Maastricht foi ratificado, apesar dos vários obstáculos enfrentados, como o referendun negativo da Dinamarca e a saída da libra esterlina do mecanismo de câmbio europeu (*'exchange rate mechanism'*). Embora não tenha se formado uma identidade coletiva – uma vez que a interdependência em matéria de segurança e defesa européias era fraca e o temor de ser ‘engolido’ pelo esquema de integração européia muito forte – é possível identificar o começo de uma mudança de postura *vis-à-vis* a união política. Isso se manifesta claramente no contínuo desejo de colocar o Reino Unido no coração da Europa e na importância colocada pelo governo Major na ratificação do Tratado de Maastricht que incluía uma política externa e de segurança comum. Essa postura com respeito à Europa se diferencia claramente da política levada a cabo por Margaret Thatcher.

4.4. O Reino Unido e a formação da identidade coletiva através da PESD

No entanto, o grande avanço no sentido de desenvolver uma capacidade de defesa tangível, no seio da UE, veio de uma ‘fonte inesperada’: o Reino Unido.¹⁶⁶ A

¹⁶⁵ The Sunday Telegraph, 27 de abril de 1997.

¹⁶⁶ David Calleo (2001), *Rethinking Europe's Future*, Princeton University Press, Princeton e Oxford, p.319.

nova ênfase começou a partir do encontro franco-britânico e da conseqüente Declaração de Saint Malo, após a qual as capacidades e estrutura da PESD têm se desenvolvido significativamente. Para Maartje Rutten, “[t]he Franco-British summit is widely considered as the start of the European Defence project. The new opportunity presented by St-Malo was very rapidly followed by a multitude of farther-reaching declarations and proposals.”¹⁶⁷

A Declaração de Saint Malo é significativa, uma vez que o Reino Unido, persistentemente e por muitos anos, rejeitara o desenvolvimento de funções de defesa na UE. De fato, esta é a postura que o recém eleito Primeiro Ministro adotou, em maio de 1997, com relação ao Tratado de Amsterdã. No entanto, a atitude britânica de reticência começou a mudar. Neste sentido, Howorth nos lembra que:

*"Prior to St. Malo, the UK [United Kingdom] exercised an effective veto on any structured linkage between, on the one hand, the EEC/EC/EU [European Economic Community/European Community/European Union] as an institutional organization and, on the other, European defence issues. This repeatedly condemned to impotence or relevance any initiatives – usually French ones – which aspired to establish such a linkage(...) What St Malo (apparently) did was to consign this to history."*¹⁶⁸

Contudo, é importante salientar que houve determinados eventos alheios à política britânica que favoreceram esta mudança de atitude do governo Blair. Nesse sentido, a campanha de Kosovo, em 1998, pôs em evidência a fraqueza dos Estados membros da UE na condução dos conflitos, em comparação com os Estados Unidos, salientando a dependência da liderança daquela potência e da OTAN. Isso enfatizou a questão da inadequação militar da UE e levou à decisão dos líderes europeus de tirar ‘lições de Kosovo’ e traduzir aqueles debates em estruturas organizacionais específicas. Para Maartje Rutten, “[t]he lessons of Kosovo merely strengthened the developments that were triggered in autumn 1998 by the British government’s U-turn that led to St-Malo and – via Cologne (June 1999) and Helsinki (December 1999) – culminated in Nice (December 2000).”¹⁶⁹

¹⁶⁷ Maartje Rutten (comp.) (2001), *op. cit.*, p. 8.

¹⁶⁸ Jolyon Howorth (2000), ‘European Integration and Defence: the ultimate challenge?’, *Chaillot Paper* No. 43, Institute for Security Studies, WEU, Paris, p. 2-3.

¹⁶⁹ Maartje Rutten (2001), *op. cit.*, p. ix.

Contudo, quando o Partido Trabalhista foi eleito, em 1997, um dos compromissos expressos no manifesto era rever a política de defesa. Assim, o *Strategic Defence Review* (SDR), do Ministério da Defesa, foi formalmente lançado, em 28 de maio de 1998. Seu objetivo era ir além da mera redução de gastos na área da defesa e prover as bases para um programa coerente de defesa de longo prazo (até 2015), desenhado para enfrentar as necessidades do mundo do pós Guerra Fria. No entanto, ele não foi publicado senão até o dia 8 de julho de 1998.

Ao apresentar o SDR, o Secretário de Estado para a Defesa, George Robertson, declarou que

*‘[t]he review will be foreign policy-led. We will work jointly with the Foreign Office to establish a policy baseline that will build on our strengths, and on the best features of existing policies and capabilities(...) The world continues to change, with new security challenges and the impact of scientific and technological developments. Our thinking must be matched to future challenges and opportunities. We cannot shape the future simply by responding to the present.’*¹⁷⁰

Apesar da Declaração de St. Malo ser considerada como o grande marco quanto às novas bases da orientação britânica no que se refere à defesa européia, referências anteriores sobre esta questão foram feitas pelo Primeiro Ministro Tony Blair num encontro informal de Chefes de Estado e de Governo em Pörtschach, Áustria, em 24 e 25 de outubro de 1998. Na conferência de imprensa que se seguiu, Blair exprimiu que:

*“[I]n respect of common foreign and security policy, there was a strong willingness, which the UK [United Kingdom] obviously shares, for Europe to take a stronger foreign policy and security role(...) [W]e all agreed it was important that Europe should be able to play a better, more unified part in foreign and security policy decisions.”*¹⁷¹

Estes comentários são, de alguma forma, uma resposta à crise de Kosovo que, segundo Blair, “simplesmente ressalta a necessidade que a Europa tem de realizar uma revisão realista da situação e assegurar-se de que pode cumprir suas obrigações

¹⁷⁰ George Robertson, citado em Paul Rogers (1997), “Reviewing Britain’s Security”, em *International Affairs*, 73:4, p. 657.

e reponsabilidades de uma forma apropriada.”¹⁷² Mas, o que parecia ser uma vaga expressão de desejo num encontro informal, logo adquiriu um tom de oficialidade no posterior encontro franco-britânico, realizado na cidade de St. Malo, em 3 e 4 de dezembro de 1998. Na Declaração conjunta, ficou claro que para o Reino Unido o desenvolvimento de uma dimensão de segurança na UE era de grande importância:

*"The European Union needs to be in a position to play its full role on the international stage. This means making a reality of the Treaty of Amsterdam, which will provide the essential basis for action by the Union... [by a] full and rapid implementation of the Amsterdam provisions on CFSP [Common Foreign and Security Policy]. This includes the responsibility of the European Council to decide on the progressive framing of a common defence policy in the framework of CFSP... To this end, the Union must have the capacity for autonomous actions, backed up by credible military forces, the means to decide to use them, and a readiness to do so, in order to respond to international crises".*¹⁷³

Embora o papel da OTAN não tenha sido salientado naquela Declaração – pois foi estabelecido que *‘In pursuing our objectives, the collective defence commitments to which member states subscribe (set out in Article 5 of the Washington Treaty, Article V of the Brussels Treaty) must be maintained’* – a referência a uma capacidade ‘autônoma’ significou um afastamento das posições anteriores.

4.5. Tony Blair, o Novo Trabalhismo e a Terceira Via

Quando pensamos na sociedade e na política britânica, a impressão comum é a de uma homogeneidade e estabilidade. Isto, talvez, se deva ao fato de que, frequentemente, a política britânica é discutida em termos de tradição,

¹⁷¹ Tony Blair, Encontro informal europeu, Pörtlshcach, 24-25 de outubro de 1998, in Maartje Rutten (2001), op. cit., p. 1.

¹⁷² Ibidem, p. 3. Tradução minha.

¹⁷³ Declaração de St Malo, in Maartje Rutten (2001), op. cit., p. 8.

homogeneidade e integração.¹⁷⁴ O fato de o Partido Conservador ter governado por 18 anos, até 1997, confirma tal suposição. Na realidade, o sistema político e social do Reino Unido é substancialmente mais diverso do que freqüentemente apresentado.¹⁷⁵

Se, por um lado, o governo Blair deu prosseguimento a muitos dos programas de governos anteriores – pois o ‘Novo Trabalhismo’ está menos interessado no socialismo do que o velho Trabalhismo estava –, por outro, marcou uma diferença importante com relação a seus predecessores. Principalmente porque, como afirma Young,

*‘[i]t was a major feature of Labour’s statements ahead of the 1997 election that defence policy must be integrated with the country’s foreign policy and that in foreign, defence and European affairs it is essential to work closely with allies, whether it be the UN, Commonwealth, NATO, or the EU. In rhetoric at least Labour sounded, as it has often done, more ‘internationalistic’ than the Conservatives, better disposed to the Commonwealth and less willing to risk isolation in Europe.’*¹⁷⁶

Parte da explicação dessa diferença remonta-se à derrota do partido trabalhista nas eleições gerais de abril de 1992. Estas eleições deram a vitória ao Partido Conservador – que dessa forma garantiu 18 anos seguidos no poder – e, eventualmente, motivaram uma série de reformas dentro do partido trabalhista que levariam-no ao caminho do ‘novo trabalhismo’. De fato, a de 1992 foi a quarta derrota consecutiva – o verdadeiro divisor de águas na história do partido. De acordo com David Butler e Dennis Kavanagh, a derrota trabalhista foi uma pré-condição essencial que levou os reformistas a transformar o partido quando Blair foi eleito líder em 1994.¹⁷⁷ A ala modernizadora do partido alegava que este não havia mudado o

¹⁷⁴ M. Donald Hancock (2003), *Politics in Europe: An Introduction to Politics in the UK, France, Germany, Italy, Sweden and the EU*, New York, Chatham House Publishers, Inc., p. 1.

¹⁷⁵ O sistema de partidos britânico é, geralmente, descrito como bi-partidário. Historicamente, houve dois partidos dominantes, nascidos no século XVII: os *Tories* (antecedentes dos Conservadores de hoje, identificados com os setores mais privilegiados da sociedade) e os Liberais (que representavam a classe média e favoreciam o livre comércio e a reforma social). Mas a falta de adaptação dos liberais às mudanças do Reino Unido, ao final do século XIX, fez com que se formasse uma coalizão que, em 1900, deu origem ao Partido Trabalhista, substituindo, em 1920, os Liberais, como um dos maiores partidos do país. Assim, apesar da existência de outros partidos, os dois mais importantes atualmente são o Conservador e o Trabalhista.

¹⁷⁶ John Young (1998), ‘Foreign, Defence, and European Affairs’, em Brian Brivati (ed), *New Labour in Power*, Florence: Routledge, p. 139.

¹⁷⁷ David Butler e Dennis Kavanagh (1997), *The British General Election of 1997*, London: Macmillan Press, p. 46.

suficiente e que reformas fundamentais eram necessárias para garantir o seu sucesso eleitoral. Tanto a estrutura quanto as políticas do partido deveriam ser modificadas, a fim de adaptar-se às mudanças sofridas pela sociedade nas últimas décadas e ao impacto do *thatcherismo*. A imagem do partido estava desgastada. O único caminho para a vitória eleitoral e a volta ao poder era a aquisição, pelo partido, de uma nova imagem e de uma única e clara mensagem política. Entre os impacientes modernizadores estava Tony Blair, eleito líder do partido em julho de 1994 após a morte de John Smith, que havia sido eleito líder depois da renúncia de Neil Kinnock.

Vale destacar que o Partido Trabalhista tem suas origens na Revolução Industrial, sendo o principal representante da classe trabalhadora.¹⁷⁸ Com passar do tempo, no entanto, o partido tentou afastar-se das posições mais radicais, de forma a evitar diferenças ideológicas, cada vez mais intensas e visíveis, que faziam com que o partido não fosse um competidor viável para os Conservadores. Foi assim que Neil Kinnock, o líder do partido, procurou criar uma imagem mais moderada na década de 1980 e princípios de 1990. Contudo, o partido modernizado não conseguiu ganhar as eleições de 1992. Kinnock renunciou à liderança do partido, e foi substituído por John Smith, cuja morte prematura levou à eleição de Tony Blair como novo líder do partido. Blair, eventualmente, transformaria o partido trabalhista em um novo partido, mais orientado para o centro, o *Novo Trabalhismo*.¹⁷⁹

Assim que assumiu a liderança do partido, Blair começou a implementar seu projeto de modernização, dando continuidade às mudanças já iniciadas, ainda que de maneira tímida, por Kinnock. A mobilização da classe trabalhadora e dos sindicatos não era mais suficiente e o partido precisava atrair votos em outras camadas sociais, identificando-se com as aspirações de eleitores da classe média e do topo da classe trabalhadora, perdidos na década de oitenta para o partido social democrata, para o partido liberal ou mesmo para o partido conservador. Essa busca por novos votos a fim de alargar a base eleitoral do partido implicou a diluição de seu apelo tradicional

¹⁷⁸ O partido surgiu a partir de uma coalizão de líderes sindicalistas, socialistas e idealistas Fabianos, em 1900, como uma organização extrapartidária, dedicada a um curso radical de reformas. No entanto, foi somente em 1918 que o partido ganhou um lugar de destaque na política britânica, professando um compromisso formal com o socialismo e substituindo o Partido Liberal, como um dos dois maiores partidos do Reino Unido.

à classe trabalhadora. Para Blair, o novo partido trabalhista deveria ser um partido de massa, e em lugar das nacionalizações, da redistribuição e da igualdade de renda, Blair elegeu como temas primordiais para a nova política a comunidade, a justiça social, a responsabilidade pessoal que acompanhava os direitos dos cidadãos e a igualdade de oportunidades.

Entre as mudanças políticas cruciais está a aceitação de um novo papel para o Estado e de novas prioridades macro-econômicas, diferentes daquelas da década de setenta. Para Blair o novo partido trabalhista deveria ocupar o centro do espectro político, incorporando alguns preceitos básicos do thatcherismo, entre eles a luta contra a inflação, as privatizações e a aceitação da importância do papel da economia de mercado. O Estado deveria trabalhar com o mercado, ao invés de substituí-lo, aumentando, assim, as oportunidades para que as pessoas realizassem suas ambições por si mesmas. Nesse sentido, uma das maiores conquistas do novo líder, que representou uma mudança dramática tanto na política como no discurso e na própria imagem do partido, foi a abolição da cláusula IV do estatuto de fundação do partido de 1918, que incluía entre seus objetivos constitucionais “a propriedade comum dos meios de produção, distribuição e troca”, representando, assim, o compromisso do partido com as nacionalizações. Na mesma conferência especial em que a cláusula IV foi suprimida, convocada por Blair e realizada em abril de 1995, uma nova cláusula foi aprovada. Esta, por sua vez, estabelecia o novo compromisso do partido com uma “economia dinâmica, com o rigor da competição e com uma sociedade justa”.

Ao mesmo tempo, houve uma aceitação do que já vinha sendo feito pelo governo conservador nos campos social e econômico. Com relação ao Euro, a postura do partido se alinhava com a posição tomada pelo governo, ou seja, a chamada política de “esperar e ver”.

Segundo David Butler e Dennis Kavanagh,

‘[t]he Labour leader claimed that his party was now in the political centre and some associates asserted that not only socialism but also the left was dead; that the only two credible positions in politics were the right and the centre. No party would succeed

¹⁷⁹ M. Donald Hancock (2003), *op. cit.*, p. 49.

*unless it accepted the market and promoted policies which reassured business and finance”.*¹⁸⁰

Entre os fatores que favoreceram a vitória do partido, além da estratégia e planos de campanha, está a insatisfação, por parte da população, com o governo de Major, em função da cisão do partido conservador com relação à comunidade europeia, o que prejudicou a imagem do partido, colaborando para a perda de eleitores pelo partido.

Embora esperada, a vitória trabalhista de 1º de maio de 1997 superou, em números, todas as expectativas, tanto do lado trabalhista quanto do lado conservador.¹⁸¹ Segundo Nelson Rojas de Carvalho, Blair, “(...) ao aprofundar a guinada do Trabalhismo rumo ao centro iniciada por Neil Kinnock, acabou por retirar o grave adjetivo que acompanhava o Partido Trabalhista há dezoito anos – *unelectable* (...)”.¹⁸² O ‘NovoTrabalhismo’ estava, por sua vez, associado a outro conceito: a Terceira Via, que proveria as bases para a reformulação do partido. Vale destacar que em 7 de junho de 2001 Blair foi reeleito conquistando novamente uma maioria expressiva dos votos.

4.5.1. Uma Terceira Via para a segurança e a defesa europeias?

O surgimento do conceito de Terceira Via apresentado por Anthony Giddens se dá em função do debate desenrolado em muitos países sobre o futuro dos princípios políticos social-democráticos. Este debate é decorrente de uma série de fatores diversos, tais como o colapso do comunismo, a ascensão do neoliberalismo, a globalização e o suposto enfraquecimento do Estado nacional, e o surgimento de uma nova cultura política. Trata-se de fenômenos que transcendem a política de classes –

¹⁸⁰ David Butler e Dennis Kavanagh (1997), *op. cit*, p. 65.

¹⁸¹ A diferença de votos entre o Partido Trabalhista e o Partido Conservador foi de 10%, o que significou que os trabalhistas atingiram o recorde de 419 cadeiras parlamentares, passando a ocupar 62% do Parlamento Britânico. Vide Butler e Kavanagh (1997), *op. cit*, p. 246.

¹⁸² Nelson Rojas de Carvalho (1997), *op. cit*, p.22.

um dos fundamentos da esquerda – e que fogem da dicotomia direita/esquerda.¹⁸³ O conceito de Terceira Via é, então, apresentado como uma das principais alternativas políticas para a superação dos desafios enfrentados pela social-democracia européia nos anos noventa.

Mas este conceito adquiriu significância ao ser associado à emergência do ‘Novo Trabalhismo’. De fato, foi apenas a partir da sua adoção por Tony Blair e por alguns intelectuais da esquerda britânica que a expressão ‘terceira via’ ganhou popularidade, ao ser associada à emergência do ‘novo trabalhismo’ ou nova esquerda britânica e inserida no discurso de Blair. Além disso, foi somente através da proposta britânica de reformulação da social-democracia e de ruptura com o Velho Trabalhismo que se deu o primeiro esforço por parte de políticos e intelectuais para a criação de uma justificativa ideológica e teórica para o surgimento de uma nova esquerda européia. Para Giddens, principal intelectual responsável pelo lançamento da base teórica e ideológica da ‘terceira via’, a particularidade do caso britânico reside no fato de o Reino Unido ter experimentado prolongados períodos de governos neoliberais, com destaque especial para a era Thatcher (1979-1990), que transformou a sociedade britânica. Ainda de acordo com o referido autor, ‘[o]s êxitos eleitorais de Ronald Reagan e Margaret Thatcher levaram a esquerda, ou parte dela, nos Estados Unidos e no Reino Unido, a estar mais preparada para questionar suas ortodoxias do que suas contrapartes em países onde não houve longo períodos de governo neoliberal’.¹⁸⁴

Em seus livros “*A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*” e “*A terceira via e seus críticos*”, Giddens procura construir uma base teórica e ideológica para a política da terceira via. Vejamos agora quais são os aspectos principais que, segundo Giddens, constituem os fundamentos da política da terceira via bem como os objetivos desta.

Para o autor, a terceira via representa a única alternativa política capaz de dar continuidade ao processo de transformação e modernização da social-democracia em todo mundo e, ao mesmo tempo, manter seus ideais de justiça social e solidariedade no contexto contemporâneo. Nesse sentido, de acordo com o autor, a social-

¹⁸³ Anthony Giddens (2001b), *A Terceira Via e seus críticos*, Rio de Janeiro: Record, p. 47.

democracia pode ser definida como “(...) uma estrutura de pensamento e de prática política que visa a adaptar a social-democracia a um mundo que se transformou fundamentalmente ao longo das duas ou três últimas décadas. É uma terceira via no sentido de que é uma tentativa de transcender tanto a social democracia do velho estilo quanto o neoliberalismo”.¹⁸⁵

Dessa forma, ao definir a terceira via, o autor faz a distinção entre o que ele chama de social-democracia clássica (a velha esquerda) e a ‘socialdemocracia modernizadora’, associada ao movimento da nova esquerda européia e, mais especificamente, à emergência do novo trabalhismo britânico a partir da liderança de Tony Blair. A diferença entre estes dois movimentos, ao contrário do que dizem alguns críticos, não está em seus valores, mas nas suas propostas políticas para a manutenção desses valores. Sendo assim, a terceira via nada mais é do que uma nova tentativa de reavaliação das posições e políticas da social-democracia, a fim de fazer frente às implicações dos novos tempos.

Assim, entre os fundamentos da terceira via apresentados por Giddens estão: a criação de uma nova economia mista, através da reconciliação entre o crescimento econômico e um novo tipo de *welfare state*, ou seja, o ‘Estado de investimento social’; o desenvolvimento de uma nova concepção de igualdade, baseada em um modelo dinâmico de igualitarismo cuja ênfase está na igualdade de oportunidades, procurando responder com eficácia às condições sociais e econômicas em constante mudança bem como seus efeitos nocivos; a elaboração de um novo contrato social, baseado na reforma do Estado de bem estar social de forma que os direitos sejam acompanhados por responsabilidades e aqueles que se beneficiam das políticas sociais devem retribuir colaborando com a comunidade; a construção de uma nova ordem social, baseada no equilíbrio entre Estado, sociedade civil e mercado, uma vez que é somente através do equilíbrio entre estas três instituições (Estado, sociedade civil e mercado), garantido através de um novo contrato social, que pode ser estabelecida uma sociedade pluralista baseada no desenvolvimento econômico, na democracia e na justiça social. A promoção desse equilíbrio entre governo, sociedade

¹⁸⁴ Ibidem, p. 39.

¹⁸⁵ Anthony Giddens (2001a), *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*, Rio de Janeiro: Record, p. 36.

civil e economia também deve se dar no nível global, tendo em vista que a globalização está entre os temas centrais da política da terceira via.

Contudo, é particularmente relevante destacar que nem o governo Blair nem o próprio Giddens pensaram nas implicações da terceira via para a política de segurança e defesa no âmbito europeu. Não há, na proposta da Terceira Via, um marco conceitual explícito que coloque como prioritária as questões referidas à defesa. Contudo, podemos inferir a posição de Blair sobre esta matéria a partir dos princípios contidos na proposta da terceira via referidos ao tema mais geral da globalização e da União Européia, em função de outros conceitos, como por exemplo, o papel do Estado. É a esta tarefa que agora nos dedicamos.

4.5.2. A Doutrina da Comunidade Internacional numa anarquia kantiana

A política da terceira via é apresentada por Giddens como uma ‘filosofia política globalizante’¹⁸⁶, ou seja, considera a globalização como um fenômeno real cujas implicações afetam todas as esferas da sociedade. Trata-se de um fenômeno que não diz respeito apenas à interdependência econômica, mas que se refere também à ‘transformação do tempo e do espaço em nossas vidas’, assumindo, assim, uma natureza econômica, política e cultural.¹⁸⁷

Dessa forma, a política da terceira via tem como objetivo integrar as políticas nacionais ao plano global, incentivando a colaboração internacional e retomando a perspectiva internacionalista que marcou as políticas de esquerda no passado. Para isso, a política da terceira via procura transformar as instituições globais existentes e estimular a criação de outras novas instituições, com o intuito, outrossim, de promover maior estabilidade global nos campos político, social e econômico.

Assim, desde o começo de seu governo, Blair salientou o papel da globalização e da interdependência como as grandes tendências do sistema internacional no contexto do pós-Guerra Fria. No discurso *‘Doctrine of the International*

¹⁸⁶ Anthony Giddens (2001b), *op. cit.*, p. 125.

Community”, pronunciado por Blair no dia 24 de abril de 1999 no *Economic Club* de Chicago, Estados Unidos, o Primeiro Ministro afirmou:

*"(...)Twenty years ago we would not have been fighting in Kosovo. We would have turned our backs on it. The fact that we are engaged is the result of a wide range of changes – the end of the Cold War; changing technology; the spread of democracy. But it is bigger than that. I believe the world has changed in a more fundamental way. Globalisation has transformed our economies and our working practices. But globalisation is not just economic. It is also a political and security phenomenon. We live in a world where isolationism has ceased to have a reason to exist. By necessity we have to co-operate with each other across nations(...) Many of our domestic problems are caused on the other side of the world... These problems can only be addressed by international co-operation. We are all internationalists now, whether we like it or not (...) On the eve of a New Millennium we are now in a new world. We need new rules for international co-operation and new ways of organising our international institutions(...)"*¹⁸⁸

Essas palavras são significativas uma vez que o discurso sobre a cooperação internacional legitima os processos de integração, e, portanto, de interdependência, graças ao qual o Reino Unido participa no processo de criação de novas ‘regras’ internacionais e na reorganização das atuais instituições internacionais. A política nacional, portanto, cumpre seu papel de estímulo para tais transformações. É nesse contexto que tem que ser entendido o lançamento da ‘iniciativa Blár’.

A idéia de interdependência manifestada através da cooperação internacional, tem um papel fundamental na constituição da realidade. A relevância do papel das estruturas ideacionais ajuda-nos a entender como a interdependência, tendo a UE como contexto de interação, levou a que o Reino Unido formasse uma identidade coletiva que lhe permitiria comprometer-se no desenvolvimento da Política de Segurança e de Defesa Européia, em 1998, em vez de continuar com sua política de reticência com relação a qualquer desenvolvimento que outorgasse um papel de defesa àquela União. O que há de diferente nesse tipo de interdependência é uma firme convicção do papel do Estado como promotor de mudanças nas estruturas institucionais internacionais e regionais seguida de ações que apoiam essa postura. Um exemplo, é o recurso ao bilateralismo – como na Declaração de Saint Malo –

¹⁸⁷ Anthony Giddens (2001a), *op. cit.*, p. 41.

¹⁸⁸ Tony Blair, “Doctrines of the International Community”, discurso pronunciado em Chicago, 24 de abril de 1999.

como forma de iniciar tais mudanças, as quais, eventualmente, atingirão o grupo como um todo. Assim, as declarações do Primeiro Ministro no encontro informal da UE de Pörtschach e a posterior Declaração de St. Malo, foram bem recebidas pelos Estados membros da UE, fato que se manifestou nas Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Viena, em 11-12 de dezembro de 1998, ao sustentar que: *“The European Council welcomes the new impetus given to the debate on a common European policy on security and defence (...) It welcomes the Franco-British declaration made on 4 December 1998 in St Malo.”*¹⁸⁹

Por outro lado, a linguagem utilizada também contrasta com a dos governos anteriores, situando a interdependência num marco conceitual determinado. Nesse sentido, nas declarações oficiais encontram-se referências a uma concepção de comunidade internacional, da qual o Reino Unido passa a fazer parte, uma vez que *“politics are going global”*.¹⁹⁰ Trata-se da ‘doutrina da comunidade internacional’, entendida por Blair como:

*“...the explicit recognition that today more than ever before we are mutually dependent, the national interest is to a significant extent governed by international collaboration and that we need a clear and coherent debate as to the direction this doctrine takes us in each field of international endeavour. Just as within domestic politics, the notion of community – the belief that partnership and co-operation are essential to advance self-interest – is coming into its own; so it needs to find its own international echo.”*¹⁹¹

Dessa forma, não há nessas declarações menção sobre ameaças à segurança nacional, entendida em termos tradicionais, ou à elevação do princípio da não intervenção nos assuntos domésticos britânicos. Pelo contrário, em seu lugar encontram-se palavras como internacionalismo, democracia global, promoção de valores, o que salienta o papel do destino comum dos Estados com os quais o Reino Unido se identifica. O temor de ser ‘engolido’ ou absorvido pelos outros Estados foi superado dando lugar a uma relação baseada na certeza de que a individualidade não será absorvida pelo grupo. É a auto-restrição. Conseqüentemente, a noção de comunidade transfere-se da política nacional para a internacional, substituindo a de

¹⁸⁹ Conselho Europeu de Viena, citado em Martje Rutten (2001), *op. cit.*, p. 13.

¹⁹⁰ Tony Blair, discurso no Fórum Econômico Mundial de Davos, 18 de janeiro de 2000.

anarquia, entendida como a ausência de um governo central. Esta substituição de ‘anarquia’ por comunidade, por sua vez, permite que, agora, também, seja possível discutir que tipo de sociedade é desejável no âmbito internacional, uma vez que esta última precisa ser o reflexo da política doméstica.

Tanto a interdependência quanto a auto-restrição favorecem a formação de uma identidade coletiva. Dependendo do grau de identificação com o outro, os Estados terão mais ou menos incentivos para se comprometerem com práticas de segurança coletiva. A cultura da anarquia depende de como a identidade é definida.

"I say to you (...) realise that in Britain you have a friend and an ally that will stand with you, work with you, fashion with you the design of a future built on peace and prosperity for all, which is the only dream that makes humanity worth preserving.¹⁹² Once Britain commits itself as a friend and ally, it is a friend for life. Of all the challenges we face, none is more important than how we develop our relations with the rest of Europe, and how Europe rises to the new challenges I have described. Get this right, and the New Britain can take its rightful place in the new Europe, and the new Europe can fulfil its potential as that global force for good."¹⁹³

Isso nos leva à definição de anarquia kantiana de Wendt, baseada nos papéis de amizade e identificação do ‘eu’ e do ‘outro’, uma vez que a postura de ‘amigo’ é a de um aliado com quem as disputas se resolvem de maneira pacífica e com quem se trabalha como um time frente a ameaças à segurança¹⁹⁴, pois para Blair

"...increasingly, our problems are shared and our societies and economies threatened where no understanding to resolve these problems exists; and benefit greatly where it does.... Common problems, common interests have led to mutual responsibility and mutual gain. The EU is the most obvious manifestation around us of the need for nations to co-operate together."¹⁹⁵

Essa cultura anárquica kantiana é internalizada como legítima, isto é, o cumprimento de certas normas vai além do mero instrumentalismo. Há nesse grau de internalização uma identificação com o outro, uma possibilidade de consecução de benefícios comuns – e não apenas individuais – e de destino comum.

¹⁹¹ Ibidem.

¹⁹² Tony Blair, ‘Doctrine of the international community’, 24 de abril de 1999.

¹⁹³ Tony Blair, ‘The new challenge for Europe’, 20 de maio de 1999.

¹⁹⁴ Alexander Wendt (1999), *op.cit.*, p. 258, 297-98.

¹⁹⁵ Tony Blair, ‘Values and the power of Community’, 30 de junho de 2000.

Assim, a UE provê o contexto de interação do Reino Unido que facilita a emergência de uma identidade coletiva desse Estado, redefinida em função da doutrina da comunidade internacional.

4.5.3. O Estado e a identidade coletiva de uma nação cosmopolita

Na política da Terceira Via os Estados-nação permanecem como os principais e mais poderosos atores do cenário internacional. Isso se explica pelo fato de terem o poder e o controle sobre seus territórios, deterem o uso legítimo da força militar e do aparato legal, o que permite que, ao serem a forma dominante de subjetividade na política internacional, a mudança de sistema ocorra através dos Estados.¹⁹⁶

Contudo, diante das inovações tecnológicas, da revolução nas comunicações, da influência dos mercados globais, da emergência de uma sociedade civil global e de outras organizações, os conceitos de soberania e de Estado estão sendo reformulados. “A globalização afasta-se do Estado-nação no sentido de que alguns poderes que as nações costumam possuir, inclusive aqueles que são subjacentes à administração econômica keynesiana, foram enfraquecidos”.¹⁹⁷ Mesmo assim, as tendências globalizadoras que pareceriam debilitar o Estado, na verdade, tornam-no necessário, uma vez que o Estado é o principal agente para lidar com as ‘dramáticas’ e ‘imprevisíveis’ mudanças:

*It [the globalised world] is a world with a paradox at the heart of it: greater individual freedom; yet greater interdependence. We can do more, yet the very nature of globalisation is that what we do affects others more... So the change is fast and fierce, replete with opportunities and dangers. The issue is: do we shape it or does it shape us? Do we master it, or do we let it overwhelm us? That's the sole key to politics in the modern world: how to manage change. Resist it: futile; let it happen: dangerous. So – the third way – manage it.*¹⁹⁸

¹⁹⁶ Alexander Wendt (1999), *op. cit.*, p. 9.

¹⁹⁷ Anthony Giddens (2001a), *op. cit.*, p. 41.

¹⁹⁸ Tony Blair, “Values and the power of Community”, 30 de junho de 2000.

Dessa forma, o Estado tem de ‘gerenciar’ a mudança. Isso implica que ele deve ‘reagir estruturalmente à globalização’. Assim, a PESD pode ser entendida como uma tentativa do Reino Unido de reafirmar sua autoridade e fazer frente às influências que de outra forma o flanqueariam por completo.

Mas cabe agora perguntar-se que tipo de ator é o Estado. Segundo os conceitos apresentados anteriormente, sustenta-se que o Reino Unido participa no processo de integração europeu como um ator unitário, interagindo como um indivíduo, a quem é possível atribuir-lhe identidade e interesses. Dos quatro tipos de identidade descritos por Wendt que os agentes podem sustentar (identidade corporativa, identidade tipo, identidade papel/função e identidade coletiva) interessam-nos aqui a identidade coletiva, isto é, aquela que combina a identidade corporativa e de papel/função, e que envolve a diluição da fronteira entre o Eu e o Outro.¹⁹⁹

O argumento que sustentamos, portanto, é que nos discursos de Blair, a identidade coletiva é redefinida e sustentada na prática de maneira consoante com a ideia de interdependência e auto-restrição encontradas no conceito de comunidade internacional e de nação cosmopolita. Lembremos que Wendt define a identidade como *‘relatively stable, role -specific understandings and expectations about self’*, caracterizada por uma base intersubjetiva (qualidade sistêmica) e, portanto, relacional por levar em consideração o ‘outro’.

A identidade corporativa, como temos visto, refere-se às qualidades intrínsecas que constituem um ator individualmente, quais sejam a referência ao território, à consciência comum, à memória coletiva.²⁰⁰ Os atores entram em interação tendo determinadas ideias pré-existentes sobre quem são; isto é a identidade corporativa. O Reino Unido sob o governo de Tony Blair representa-se como um Estado com um passado glorioso, império de dimensões planetárias, grande potência mundial no começo do século XX, vencedor das duas grandes guerras mundiais, fazendo com que o mito da grandeza esteja sempre presente. A história é frequentemente trazida à tona:

¹⁹⁹ Alexander Wendt (1999), *op. cit.*, pp. 224-9.

²⁰⁰ Alexander Wendt (1996), *op. cit.*, p. 50.

*"I have said before that though Britain will never be the mightiest nation on earth we can be pivotal. It means building on the strengths of our history; it means building new alliances; developing new influences; charting a new course for British foreign policy..."*²⁰¹

Ao passado glorioso são somadas as qualidades atuais de tamanho, população, capacidade econômica e militar e nuclear:

*"To be a country of our size and population... gives us huge advantages which we must exploit to the full."*²⁰² *"Although not today a superpower... [w]e are the fourth largest economy; we have armed forces second to none in quality, global commercial and financial reach,... a world language."*²⁰³

No entanto, talvez um dos pontos de maior diversidade do Reino Unido de Grã-Bretanha e Irlanda do Norte seja que é este um Estado multinacional, composto de quatro partes: Inglaterra, Gales, Escócia – que compõem a Grã-Bretanha – e Irlanda do Norte. Isto faz com que falar de identidade corporativa no caso do Reino Unido signifique fazer referência a uma questão não resolvida. Ao se perguntar quanto ao significado de ser britânico, depara-se com uma questão frente à qual não há resposta simples, nem unânime nem satisfatória.²⁰⁴ No entanto, é importante salientar que o Reino Unido é um único Estado composto por partes diferentes. O sistema político é unitário enquanto que permite uma delegação de poder e maior autonomia para os governos escocês e galês, e o potencial para um papel maior para um executivo na Irlanda do Norte.

Por sua vez, a identidade de papel ou função tem como característica principal a de depender do lugar ou posição que o agente ocupa na estrutura social; isto é, significa cumprir determinadas normas de comportamento com respeito aos Outros.²⁰⁵ A definição dos papéis é feita pelo grau de interdependência ou intimidade entre o 'eu' e o 'outro'.²⁰⁶

²⁰¹ Tony Blair, discurso sobre Assuntos externos, 15 de dezembro de 1998.

²⁰² Ibidem.

²⁰³ Tony Blair, 13 de novembro de 2000.

²⁰⁴ Os três componentes não ingleses do Reino Unido, também chamados de "*Celtic Fringe*", se uniram ao Reino Unido em diferentes formas e em diferentes momentos, e até os dias de hoje, existem entre eles diferenças de idioma, leis, religião, além de população e economia, dentre outros.

²⁰⁵ Wendt (1999), op. cit., p. 227.

²⁰⁶ Ibidem, p. 228.

Nesse sentido, o papel que o Reino Unido tem no sistema internacional também é freqüentemente mencionado: “(...) *to be a permanent member of the UN security council, a nuclear power, a leading player in Nato, a leading player in the Commonwealth...*”²⁰⁷ [we have] *an unparalleled network of European and global alliances.*”²⁰⁸ Trata-se de uma tentativa por parte de Blair de colocar o Reino Unido “*back in the mainstream of European nations*”²⁰⁹ depois de que vários governos se preocuparam com a sentença proferida há muitos anos, de que o Reino Unido tinha perdido um império e ainda não tinha encontrado um papel.

A identidade papel/função do Reino Unido com respeito à segurança e defesa, se manifesta, por exemplo, na realização de negociações bilaterais com outros Membros da UE. Tal é o caso do encontro entre o Reino Unido e a Itália, em julho de 1999, onde numa declaração conjunta foi lançada a Iniciativa de Capacidades de Defesa. Outro exemplo é a declaração conjunta sobre Defesa Européia, produto do encontro entre o Reino Unido e a França, em novembro de 1999. A própria Declaração de St Malo é reflexo desta política.²¹⁰ Trata-se, segundo Hans Stark, da vontade britânica de criar “alianças circunstanciais” (e não “eixos”), de forma a apoiar-se em “convergências transversais”, que lhe permitam buscar vários parceiros segundo iniciativas comuns.²¹¹ Esta “convergência transversal”, por sua vez, facilitaria a ocupação de um lugar central na UE e teria peso sobre as negociações sobre segurança e defesa.

Por sua vez, a identidade coletiva vai além – e incorpora – os dois tipos de identidades mencionados acima (corporativa e de papel/função) para alcançar um grau de identificação com o outro. Este tipo de identidade induz os atores a definir o bem-estar do outro como se fosse parte do “eu”, dando origem a uma relação altruística.²¹²

²⁰⁷ Tony Blair, 15 de dezembro de 1998.

²⁰⁸ Tony Blair, 13 de novembro de 2000.

²⁰⁹ Tony Blair, “Change: A Modern Britain in a Modern Europe”, 20 de janeiro de 1998.

²¹⁰ Mais exemplos de cooperação bilateral entre o Reino Unido e a França podem ser encontrados em: http://www.mod.uk/issues/cooperation/uk_french.htm.

²¹¹ Hans Stark (2002), “Paris, Berlin et Londres vers l’émergence d’un directoire européen?”, em *Politique Étrangère*, 4/2002, p. 970.

²¹² Alexander Wendt (1999), *op. cit.*, p. 229.

Há nos discursos de Blair, uma clara e recorrente ruptura com o passado recente (dos governos Conservadores de Margaret Thatcher e John Major), de forma a estabelecer uma nova narrativa que incorpora o destino e bem-estar da Europa como um todo ao do Reino Unido, fazendo-os inseparáveis. Ser parte da UE é colocado como uma questão ‘patriótica’, ou seja, inerentemente nacional.

*"To be part of Europe is in the British national interest... we believe that by being part of Europe, we advance our own self-interest as the British nation. This is a patriotic cause (...) The Britain of the 21st century should surely be the Britain I grew up believing in: not narrow-minded, chauvinistic or isolationist; but a country open in its attitudes, engaged in the outside world, adventurous in taking on the future's challenges, and having the confidence to know that working with others is a sign of strength not weakness. The real denial of our history would be to retreat into isolation from the continent of Europe of which we are part and whose history we have so intimately shaped. I will not and could not lead the country to such a position. In 1975, still a student, I voted yes in the referendum. I believed Britain's destiny was with Europe then. I believe it now. And I am proud to be part of a gathering that stretches across all political parties and none, to make our case to our country."*²¹³

A narrativa de ruptura com o passado reflete-se num discurso em que as relações anteriores recentes são caracterizadas pela ‘indecisão’, ‘vacilação’, ‘anti-europeísmo’, ‘incerteza’, ‘instrospecção’, ‘half-heartedness’, ‘chauvinismo’²¹⁴, ‘confrontos estéreis’ e ‘isolacionismo’²¹⁵, com a grave consequência de que “a ambivalência frente à Europa... nos tem feito irrelevantes na Europa”.²¹⁶, ao que em outra ocasião Blair acrescenta que “[y]et, as our history shows, Britain's place has always been at the centre of Europe. Britain was a European power long before it became an imperial one.”²¹⁷ A nova identidade coletiva pretende desfazer-se dessas características definidas como negativas do passado recente e definir o Reino Unido como “a country at home in Europe”.²¹⁸

Na prática, esta identidade coletiva reflete-se, por exemplo, no programa de ‘Cooperação Multinacional em Defesa’²¹⁹, que é definida como:

²¹³ Tony Blair, ‘Britain in Europe’, 14 de outubro de 1999.

²¹⁴ Tony Blair, ‘New Britain in the Modern World’, 9 de janeiro de 1998.

²¹⁵ Tony Blair, Declaração sobre o Conselho de Berlin, 29 de março de 1999.

²¹⁶ Tony Blair, ‘Doctrine of the international community’, 24 de abril de 1999.

²¹⁷ Tony Blair, ‘Committed to Europe, Reforming Europe’, 23 de fevereiro de 2000.

²¹⁸ Tony Blair, ‘New Britain in the Modern World’, 9 de janeiro de 1998.

²¹⁹ Ministério da Defesa do Reino Unido, disponível em:
<<http://www.mod.uk/issues/cooperation/multinational>>.

*"..as any arrangement where two or more nations work together to enhance military capability. This can include exchanges and liaison, training and exercising, common doctrine, collaborative equipment procurement, or multinational formations. Nations can either co-operate on a roughly equal basis, or with one or more taking the lead and providing a framework within which others make smaller contributions. In most co-operative arrangements, nations can – and usually do – retain national control over their own forces."*²²⁰

Nesta política, a dimensão europeia é enfatizada dentro do âmbito da OTAN, por exemplo, exercendo a liderança e grande parte da infra-estrutura do 'Comando Aliado Europeu'; também é relevante a participação no 'Grupo Aéreo Europeu'. A cooperação em matéria de equipamentos é outra área bem desenvolvida, como é o caso do 'Eurofighter', que tem como objetivo aumentar a capacidade de combate aéreo. Por outro lado, a cooperação em defesa é importante para levar a cabo a iniciativa de defesa europeia, e lograr o 'Objetivo Global' para realizar missões humanitárias. Por outro lado, o governo estabeleceu uma 'Política Europeia de Defesa'²²¹, de forma a contribuir para a melhora da habilidade europeia de reagir frente a diferentes crises. As iniciativas do Reino Unido, nessa área, incluem o desenvolvimento de programas de equipamentos para aperfeiçoar capacidades militares necessárias que permitam realizar a política de defesa britânica.

Estas mudanças em matéria de defesa são significativas, uma vez que é nesta interação (interdependência) que o Reino Unido sustenta sua identidade coletiva como "membro líder da UE", que tenta exercer uma "liderança construtiva" em prol do conjunto dos Estados membros da UE. Por outro lado, o possível conflito entre identidades concorrentes (nacional e coletiva), é minimizado, no discurso, através da inclusão do conceito de nação cosmopolita.²²² O desenvolvimento de uma nação cosmopolita é condizente com o processo pelo qual estão passando os Estados nações hoje, isto é, o de ter fronteiras em vez de divisas, como consequência do seu envolvimento com agrupamentos transnacionais, dos quais a UE é o protótipo.²²³ Neste contexto, é imprescindível que a identidade nacional seja 'tolerante à

²²⁰ Ibidem, não paginado.

²²¹ Ministério da Defesa do Reino Unido, disponível na internet em: www.mod.uk/issues/cooperation/eurodefence.htm.

²²² Anthony Giddens (2001a), *op. cit.*, p. 79.

ambivalência ou à múltipla afiliação”. A construção da nação cosmopolita é diferente daquela do nacionalismo conservador, para quem ‘a nação unitária deve reinar suprema’. Giddens define a nação cosmopolita como:

*"... uma nação ativa; mas a construção da nação tem de ter agora um sentido diferente do que tinha em gerações anteriores, quando era parte de um sistema realista de relações internacionais (...) Hoje, as identidades nacionais devem ser sustentadas num meio colaborativo, em que não terão o nível de exclusividade que tiveram outrora, e em que outras lealdades existem a seu lado."*²²⁴

E referindo-se especificamente ao Reino Unido, ele continua:

*"...a Grã-Bretanha tem um grande número de minorias étnicas e imigrantes, um legado em certa medida de seu passado imperial. Essa heterogeneidade pode derrotar qualquer tentativa de dar nova forma a uma identidade nacional abrangente, mas não é uma barreira por si mesma. É antes parte essencial do próprio sentido de 'nação cosmopolita'."*²²⁵

Neste novo contexto, uma nação cosmopolita necessita de valores com os quais todos estejam comprometidos. Estes valores, aos quais o Reino Unido adere, se encarnam no ideal europeu:

*"The European ideal is best seen in terms of values rather than institutions; of a European society in which our key values of freedom, solidarity, democracy and enterprise are shared and reinforced together; in which our diversity becomes a source of strength; our cultural heritage enriches us, and where by representing those values to the outside world, we fulfil our global responsibility."*²²⁶

Desta forma, a identidade coletiva precisa ser constantemente moldada, de modo que se estabeleça um diálogo contínuo com outras identidades. Parte desse diálogo é realizado, como vimos, através da política de segurança e defesa.

Por outro lado, temos visto que as identidades também implicam interesses sem que a eles possam ser reduzidas; os interesses relacionam-se com motivações. Quando os atores internalizam as identidades, atuam conforme elas, de forma a

²²³ Ibidem, p. 142.

²²⁴ Ibidem, p. 146.

²²⁵ Ibidem, p. 147.

²²⁶ Tony Blair, "New Challenge for Europe", 20 de maio de 1999.

reproduzi-las. O interesse nacional (objetivo) de autonomia é relativizado graças à auto-restrição exercida pelo Reino Unido. A habilidade ou capacidade do país de exercer um controle absoluto sobre suas decisões é minimizado uma vez que esse agora faz parte de uma comunidade de segurança onde as regras são, como já visto, as de não violência e ajuda mútua. Num discurso sobre a Presidência Britânica, Blair argumentou que: *"We want a Europe that works together as a team. A Europe in which our countries retain their distinctive identities (...) but work together to tackle common problems for the practical benefit of all."*²²⁷

No entanto, satisfazer as necessidades de respeito ou *status* do Reino Unido é uma necessidade imperiosa para o governo Blair, uma vez que, no passado, o Reino Unido esteve ausente de vários acontecimentos importantes na história da construção europeia:

*"We opted out of the European Coal and Steel Community. We opted out of the European Economic Community. We opted out of the Social Chapter. And we played little part in the debate over the single currency. When we finally decided to join many of these institutions, we found unsurprisingly that they did not reflect British interests or British experience as much as we would have wished... I hold to my view that Britain's destiny is to be a leading partner in Europe. It is right for Britain and it is right for Europe. It is a central ambition for the New Labour Government... At this crucial juncture, where reforms of an absolutely momentous nature are being debated and decided, Britain's place must be at the centre of them. To withdraw from them is not patriotic; it is an abdication of our true national interest."*²²⁸

Para o Reino Unido engajado no processo de integração europeia, liderança é associada a reforma:

"Being pro-Europe does not mean that we are content with the way it is. We believe it needs radical reform."²²⁹ ... I want Europe to make itself open to reform and change too. For if I am pro-European, I am also pro-reform in Europe. We should lay to one side the theological debates about European super-states. No one I know wants some overblown United States of Europe.²³⁰ [W]e know Europe needs reform and we are fighting for it... [W]e will only get reform in Europe by being part of Europe. We can also help lead debates about European defence, about effective action against crime and pollution, about the balance between integration and subsidiarity, how Europe does more in the areas it needs to do more; and gets out of the areas it doesn't need to

²²⁷ Tony Blair, "Speech on the British Presidency" 6 de dezembro de 1997. Europe working for people.

²²⁸ Tony Blair, "Committed to Europe, Reforming Europe", 23 de fevereiro de 2000.

²²⁹ Tony Blair, "Doctrine of the international community", 24 de abril de 1999.

²³⁰ Tony Blair, "The new challenge for Europe", 20 de maio de 1999.

be in at all. Europe can reform and Britain can and should play a leading part in achieving it."²³¹

Dessa forma, o debate sobre a política europeia de defesa torna-se a arena onde o Reino Unido tem a oportunidade de exercer uma liderança, de ser 'forte na Europa',²³² e de voltar para o centro do cenário europeu. Essa necessidade de auto-estima, de prestígio se realiza através da crença de que o Reino Unido deve exercer uma "liderança construtiva" no seio da UE. O fato do Governo Blair ter exercido a Presidência da UE, durante o primeiro semestre de 1998, foi vista como uma oportunidade para iniciar esta política de liderança na UE:

*"I see this Presidency as a test. A test for Britain and a test for Europe. A test for Britain to show that we can and do offer strong leadership in Europe. A test for Europe to show that it can embrace the need for change and reform... Britain's Presidency comes at a time of immense challenge for Europe, needing every bit of leadership and purpose we can muster... I want our Presidency to build on the work of our predecessors and lead the process of change and reform... As the Presidency, we will work hard to build a stronger common foreign and security policy that is robust in the face of the threats that Europe faces... Our Presidency is an opportunity to demonstrate that Britain now has a strong voice in Europe."*²³³

Portanto, o conteúdo dos interesses, isto é, o interesse objetivo de satisfazer as necessidades de auto-estima através do exercício de uma política de liderança construtiva no debate sobre defesa, está enraizado numa determinada concepção de identidade definida em termos de nação cosmopolita, baseada na idéia de comunidade internacional.

Estes interesses refletem, portanto, a nova identidade coletiva do Reino Unido e, conseqüentemente, a ruptura com o passado recente, o qual não deve ser repetido, uma vez que levou o Reino Unido ao ostracismo. Dessa forma, o interesse nacional satisfaz os requisitos de reprodução ou de segurança dos complexos de Estado e sociedades, que predispõem esses atores a atuar de determinada forma²³⁴, uma vez que pretendem assegurar as identidades dos mesmos.

²³¹ Tony Blair, "Britain in Europe", 14 de outubro de 1999.

²³² Tony Blair, discurso com o Presidente Clinton, 29 de maio de 1997.

²³³ Tony Blair, "Europe working for people", 6 de dezembro de 1997.

²³⁴ Alexander Wendt (1999), *op. cit.*, p. 234.

Vemos, portanto, que a questão do poder não está ausente do projeto britânico. O conteúdo do poder também é função de idéias e da identidade coletiva, e está intimamente relacionado com os interesses de prestígio e liderança construtiva. Não se trata de exercer o poder de forma isolada ou unitária; e, sim, de forma congruente com a noção de “comunidade internacional” da terceira via. Para Blair, a prova disto está na história:

*"The history of the last 100 years and more shows the vital importance of renewing the institutions of international co-operation and of building alliances between the main players... I believe we will only succeed if we start to develop a doctrine of international community based on the principle of enlightened self-interest..."*²³⁵

Ter poder significa, para o Reino Unido, estar no centro das alianças que moldam o sistema internacional:

*"Today's world is shaped by alliances. Not only are finance, technology and communications global today, so is politics. To maximise our national interest, therefore, Britain should be at the centre of the alliances and power structures of the international community, including the EU..."*²³⁶

4.6. Conclusão

O objetivo deste capítulo foi o de aplicar os conceitos da teoria construtivista de Relações Internacionais, desenvolvidos por Wendt e apresentados no capítulo I, à política britânica do governo Blair, com relação à política de segurança e de defesa da UE. Esses conceitos foram, principalmente, o de estrutura entendida como um fenômeno social, ou ideacional; o de Estado, como principal agente da estrutura; e o de identidades coletiva, definida em função da estrutura, através de um processo de interação que envolve tanto práticas comportamentais quanto retóricas, manifestadas através de relações de interdependência e auto-restrição.

²³⁵ Tony Blair, "Values and the power of Community", 30 de junho de 2000.

²³⁶ Tony Blair, 13 de novembro de 2000.

Tem se destacado que o enfoque da política britânica do governo Blair, na área de segurança e defesa européias, insere-se num processo de redefinição da identidade coletiva com respeito à UE. Embora o governo Thatcher tenha recorrido à estrutura da então Comunidade Européia para resolver o conflito Malvinas/Falklands, tal atitude não conformou uma verdadeira interdependência nem uma atitude de auto-restrição que teriam favorecido a formação de uma identidade coletiva. Já no governo de John Major, houve uma mudança no sentido de maior comprometimento com o desenvolvimento institucional da UE, mas que não chegou a ser substantiva, devido, principalmente, à incapacidade do governo de elaborar políticas congruentes com as propostas relativas à Europa.

A área de segurança e defesa européias, a PESD, ganhou maior impulso durante o governo de Tony Blair. Vale salientar que desenvolvimentos internacionais proporcionaram o cenário propício para que o Reino Unido apresentasse sua proposta política. Nesse sentido, a crise de Kosovo jogou um papel fundamental, uma vez que mostrou para os líderes europeus, a fraqueza de disponibilidade de meios militares necessários para solucionar uma crise numa região vizinha. Após Kosovo, ficou muito clara a dependência tanto das capacidades militares quanto da liderança dos Estados Unidos e da OTAN e a necessidade, por parte dos líderes europeus, de outorgar à UE um papel relevante em matéria de defesa, de forma a poder fazer “ouvir sua voz” na cena internacional.

Por outro lado, questões de política doméstica do Reino Unido também foram relevantes. Os 18 anos de governo conservador levaram o Partido Trabalhista a se perguntar sobre a validade das propostas do Trabalhismo e isto gerou um debate no seio do partido que eventualmente traria uma proposta política diferente: a Terceira Via. Esta política forneceu ao governo um embasamento conceitual coerente que serviria de fundamento para determinadas ações, inclusive no plano da segurança e defesa européia. Dentro deste conjunto de idéias providos na política da Terceira Via, o de comunidade internacional e seu corolário, bem como o de cooperação internacional (interdependência e auto-restrição), nos oferecem pontos de partida essenciais para situar a questão da reformulação e afirmação da identidade coletiva. A nação definida como cosmopolita, em oposição à definição “conservadora” que

identifica a nação como o único repositório de lealdades legítimo, permite incorporar de uma forma não conflitiva, outras identidades, a identificação com o outro, o reconhecimento não só de interesses comuns, mas também de destino comum. Na prática, esta identidade coletiva reflete-se, por exemplo, na política de Cooperação Multinacional em Defesa e na Política Europeia de Defesa do Ministério da Defesa.

Portanto, o conteúdo dos interesses também está informado pela noção de identidade coletiva imbuída numa comunidade internacional. O interesse objetivo de autonomia e de auto-estima e a necessidade de respeito ou reconhecimento, que visam à reprodução da identidade coletiva, condicionam o conteúdo dos interesses subjetivos, isto é, daqueles referidos às crenças sobre como atender às necessidades de identidade. Portanto, frente à necessidade de autonomia e de respeito no cenário internacional, a melhor forma de atender a esta necessidade é através do exercício de uma liderança construtiva, não só em prol do Reino Unido, mas dos Estados Membros da UE como um todo, como uma ‘comunidade internacional’.